



ATA n.º 017/2015

Às dezoito horas do dia dezoito de maio do ano de dois mil e quinze reuniu-se a Câmara Municipal de Inácio Martins, para a realização da décima sexta sessão ordinária do período. Ao iniciar o **EXPEDIENTE** o Presidente solicitou a leitura da ata da sessão do dia onze de maio, que foi aprovada sem ressalvas. Em seguida solicitou a leitura do Projeto de Lei n.º 013/2015 referente ao Plano Municipal de Educação, que foi encaminhado para análise pelas Comissões Permanentes. Na **TRIBUNA** a Vereadora **RITA** comentou que no próximo dia os professores estariam novamente em Curitiba para uma nova manifestação e disse que devem continuar lutando pelos seus direitos pois as coisas não estão ocorrendo da forma como deveria, infelizmente o governador não está lhes atendendo, mas estão em busca de uma educação de qualidade para todos, falando isso para avisar a população de que novamente os professores estarão em Curitiba. Quanto as declarações realizadas nas redes sociais em relação a suspensão dos trabalhos da Comissão Investigativa aqui da Câmara disse que muitas pessoas estão lhe perguntando para saber porque foi suspensa e procurou o executivo que lhe deu uma explicação de que buscou-se a suspensão dos trabalhos não em razão de que temia algum resultado ou ainda que possuía intenção de esconder irregularidades e ilegalidades mas somente para garantir os seus direitos assegurados pela Constituição Federal e outras leis, e o direito a ser julgado, investigado e até mesmo processado com igualdade e imparcialidade, direitos que foram reconhecidos pelo Poder Judiciário que também é competente e imparcial para julgar qualquer ilegalidade do prefeito. Falou que dessa forma o que o governo municipal busca não é interromper as investigações e silenciar os vereadores no seu poder de fiscalização e investigação e o que quer é que sejam apurados os fatos de acordo com a justiça e imparcialidade para que não sejam feridos direitos fundamentais como o da defesa e também que as investigações não tomem conotação meramente eleitoral. Falou ao presidente da casa que futuras comissões investigativas deverão respeitar os blocos aqui formados ainda que esses não sejam formalmente comunicados, mas que são notórios os que fazem parte da base aliada e os que figuram como oposição buscando-se imparcialidade para julgamentos, garantindo assim o direito de todos ao contraditório e a ampla defesa. Quanto ao fato do Vereador Jorge ter procurado um blog acostumado a insultar pessoas, em especial autoridades, a falar palavras de baixo calão e visivelmente proferir mentiras e falsas acusações, falou que tal postura do vereador causou grande decepção e repúdio, pois junto aos demais colegas foram insultados injustamente e sem direito a defesa prévia. Disse que os insultos proferidos aos vereadores não lhe abalam pois surgiram de alguém sem respaldo moral e sem credibilidade, que nem lhes conhecem, mas repreendeu o colega dizendo ao mesmo que se quiser defender as suas idéias e expor as suas teses procure um meio de comunicação legítimo como os jornais Folha de Irati ou Hoje Centro Sul, ou a rádio local, e que não faça seu representante uma pessoa sem índole alguma, pedindo ao vereador que prestasse pela urbanidade e pela moral. O Vereador **GILNELSON** se referiu a audiência pública da última quinta-feira sobre o projeto de operação de crédito que seria votado nesta sessão e em especial



Câmara Municipal de Inácio Martins

CNPJ 77.778.827/0001-55

agradeceu a todos os munícipes que atenderam ao chamamento da casa e entenderam o objetivo do projeto, e conforme falou na audiência lhe deixou feliz porque o povo esta se interessando por aquilo que realmente diz respeito a população, um projeto da grandeza e do impacto que terá para a comunidade como será o projeto para essa melhoria na urbanização do município. Trouxe também a informação de que nesta semana teve uma votação no Congresso Nacional, na Câmara Federal, sobre o fator previdenciário e houve, para a surpresa da presidenta Dilma, a derrota para que realmentne haja mudanças na forma de se calcular a aposentadoria nos próximos anos e o que lhe chamou a atenção é que essa derrota da presidente só foi possível porque alguns deputados da base aliada votaram contra o governo e mais adiante a essa informação se deu conta de que quando foi votado o pacote fiscal, que no seu ponto de vista é necessário, o governo federal teve que abrir mão de mais de cem cargos para que a base aliada pudesse votar favorável a esses projetos, um caso muito sério e que deve ser pensado onde irá parar a credibilidade política que às vezes é colocada em cheque, pois o governo teve que abrir mão de cem cargos, questionando se a culpa dos problemas do país é mesmo só da presidenta. Falou que não estava defendendo a presidenta mas as coisas estão tomando um rumo em que a democracia do país deverá passar por alguns testes terríveis para sobreviver e que não é isso que esperava dos representantes que ajudam a eleger, para que cheguem no Congresso e votem de acordo com aquilo que a população pensa, não que tenha que se ganhar cargos para votar a favor de alguma coisa. Concedeu aparte ao Vereador Osvaldir que acrescentou comentários sobre o fator previdenciário e o orador concluiu que o foco da sua fala era a questão de que a crise que o país esta passando é muito grave em função de que toda votação no Congresso que diga respeito à grande coletividade tem que ser comprada pelo governo através de cargos pois os parlamentares não estão mais votando por acreditar que seja uma idéia, se não tem cargo não tem voto, sendo isso um absurdo. Fez comentários sobre o Plano de Educação que deu entrada nesta sessão dizendo que espera que consigam avaliar em um período muito rápido pois o prazo é até o dia vinte e quatro de junho para este processo estar devidamente terminado para cumprir e à legislação vigente. Diante do que a Vereadora Rita comentou sobre a atuação dos vereadores onde foi incluído, de que foi dito pelo Vereador Jorge Boeira que seis vereadores não quiseram assinar a sequência da CEI, lembrou que no dia em que foi apresentado o Requerimento todos os vereadores tiveram uma reunião fora da sessão e lhe foi colocado que de acordo com o Artigo 123 do Regimento Interno não poderia compor a comissão pois são dois vereadores do mesmo partido ficando a sua justificativa do porque não participou da comissão pois junto com os demais vereadores foram execrados por esse senhor que não conhece nenhum dos vereadores desta casa, e inclusive nomeou a comissão, sendo isso um absurdo, como a "CPI DAS DROGAS" sendo que nesta casa nunca foi apresentado um Requerimento para que fizessem uma CPI sobre drogas, e os comentários que se sucederam abaixo dessa postagem estão dizendo que os vereadores não tem filhos, pois não quiseram conduzir uma CPI sobre drogas e pediu ao Vereador Jorge, que se foi quem teve essa conversa e começou essa grande besteira, que se dirigisse a este senhor dizendo ao mesmo que foi um



engano pois não quer sair nas ruas e ouvir as pessoas dizerem “vem lá um pai de família que não quer tocar uma investigação sobre drogas” até porque não é policial e nem investigador e não é essa a sua função, e declarou que no dia em que chegar à casa um requerimento solicitando a investigação de drogas no município podem ter certeza de que será o primeiro a assinar este requerimento. O Vereador **LAURECI** também enfatizou a importância que foi para a casa a convocação da audiência pública que aconteceu no dia no dia quatorze de maio onde puderam levar o projeto de operação de crédito ao conhecimento do povo e todos que vieram com certeza puderam tirar suas dúvidas, e ainda falou que a melhor coisa que tem é serem tiradas as dúvidas relativas a projetos de leis aqui dentro da casa do que ficarem ouvindo pelas ruas ou até mesmo nos meios de comunicação que nem sempre são verdades. Quanto a questão da Comissão de Investigação disse que de sua parte, como também acredita ser a opinião dos demais vereadores, em momento algum é contra essa investigação, é um vereador que quer que as coisas fiquem o mais claro possível, apóia a investigação e não lhe interessa quem seja ou quem esteja errado, que deverá ser punido dentro dos rigores da lei. Comentou que na semana passada oficiou o senhor Luis Fernando Hornung, gerente comercial da empresa Princesa dos Campos cobrando da empresa conforme já fez na Tribuna sobre a linha de Inácio Martins a Guarapuava, que tivesse um pouco mais de consideração com a população de Inácio Martins e também pessoas de outros municípios que vem para a cidade ou que precisam sair daqui e que em sua visão não estavam respeitando os seus usuários, e fez a leitura do ofício que encaminhou para a empresa cobrando o retorno dos serviços realizados pela empresa no município. Comentou que após o envio do ofício ainda não recebeu nenhuma resposta mas a resposta que aguarda é o retorno dos serviços voltando a fazer o trajeto que lhes é concedido e pelo que tinha informações neste dia estariam retornando aos trabalhos, não da forma como era, mas as coisas estariam voltando a andar. Em aparte o Vereador Sidnei Lopes informou que o horário é às sete da manhã de Inácio Martins para Guarapuava com retorno a tarde de Guarapuava. O Orador complementou a fala contando que na semana passada foi até Guarapuava com seu carro e realmente viu que as condições da estrada não são boas e deve ser feito um trabalho de recuperação daquele trecho que é pequeno e na verdade é uma vergonha estarem enrolando tanto para terminarem essa obra mas ficou feliz em saber que a empresa citada esta voltando a fazer a linha e assim com certeza nos próximos dias as coisas deverão voltar ao normal. O Vereador **OSVALDIR** iniciou pedindo ao presidente o tempo de liderança do Partido dos Trabalhadores dizendo que seu assunto seria longo. Disse ter ficado surpreso com o mandado de segurança que o prefeito conseguiu para que o trabalho da Comissão Especial fosse interrompido, primeiro porque conforme dito pelo próprio prefeito não tinha nada a temer e poderiam investigar a vontade. Parabenizou o advogado do executivo presente na sessão dizendo ter feito um trabalho bom na defesa dos interesses do prefeito Marino, mas não na defesa dos interesses do legislativo. Confessou que talvez até tenham falhado na ocasião das primeiras conversas que tiveram sobre a criação da comissão, mas não poderia concordar com algumas questões citadas como oportunidade de defesa e dizerem que a comissão foi formada somente pelos vereadores



Câmara Municipal de Inácio Martins

CNPJ 77.778.827/0001-55

097

opositores ao prefeito e que não lhe foi dada a oportunidade aos vereadores da base em participar dessa comissão. Se dirigindo aos Vereadores Laureci, Rita e Kleverson, eleitos praticamente pela base do prefeito, questionou os mesmos em que momento lhes foi negado a oportunidade de participar dessa comissão. Fez uma defesa ao presidente da casa porque o mandado de segurança veio para que o presidente respondesse e lembrou que no dia da formação da Comissão Especial, após lido o Requerimento e assinado por três vereadores, interrompeu a sessão, chamou todos os demais vereadores e falou que seguiria o Regimento Interno da casa e assim deu a oportunidade aos demais partidos e suas representações na casa de participarem dessa comissão, e nesse momento perguntou quem gostaria de participar da Comissão, quando os vereadores da base do prefeito se omitiram sim naquele momento porque nenhum quis participar, o que está assinado por estes vereadores na ata daquela sessão. Falou que a oportunidade de defesa que o prefeito queria era que os mesmos estivessem dentro dessa comissão para fazer o contra ponto de tudo o que está sendo investigado, mas a culpa não é dos vereadores que agora são considerados opositores ferrenhos ao prefeito Marino, que estão ressentidos por uma derrota na eleição da mesa diretora, e que irão usar de politicagem para tentar tirar de funcionários públicos e empresários aquilo que não é verdade. Contou que fizeram como deveria ser feito, encaminharam os ofícios para as pessoas que teriam que ser ouvidas, comunicaram o prefeito, e que a intenção dessa comissão não é derrubar ninguém, é simplesmente averiguar aquilo que é básico e que é o dever e a obrigação como vereadores, como os contratos, os processos licitatórios e o uso do dinheiro público pelo prefeito. Lembrou que falou na reunião do dia vinte e três de março e esta registrado em ata pedindo a colaboração dos vereadores para que lhes ajudassem na comissão, pediu a colaboração de todos para que lhes ajudassem porque não veem a comissão como seus três componentes contra os outros seis vereadores, não vê desta forma pois não são oposição ao povo de Inácio e sim são oposição aos malfeitos, ao mau uso do dinheiro, mas isso não deve ser uma prerrogativa somente sua ou dos Vereadores Sidnei e Jorge, e isso tem que ser de todos os nove vereadores porque foram eleitos para isso e não para segurar a barra dos malfeitos, do uso irregular de recursos públicos. Se solidarizou com o Vereador Gil que realmente não pode fazer parte da comissão pois é do único partido que tem dois vereadores na casa, que é o PSD, e abriu mão para o Vereador Jorge. Disse pensar que pelo bem de Inácio Martins, sem acusar a juíza pois o jurídico do prefeito foi feliz no encaminhamento da questão e ela entendeu dessa forma, agora terão que juntar os seus argumentos para derrubar este parecer, essa comissão deve continuar porque já ouviram sete testemunhas, já estudaram os processos licitatórios que foram escolhidos pela comissão e também se solidarizou ao Vereador Gil quando falou que em nenhum momento foi tratado sobre a questão de drogas ou tráfico de armas dentro dessa casa, nem junto as testemunhas que aqui estiveram, e os assuntos tratados foram aqueles para os quais a comissão foi criada e está muito claro em seu requerimento, e o foco não é o que está na mídia, mas pelos relatos que ouviram e pelo bem da administração pública precisam dar sequência a este trabalho, concluir esta investigação e apresentar o relatório, e as pessoas que julguem esse relatório



Câmara Municipal de Inácio Martins

CNPJ 77.778.827/0001-55

perante a constituição federal e as leis vigentes, se tudo aquilo que verificarem é improbidade administrativa ou não é. Falou que se em três vereadores, caso a juíza mantenha a decisão por não terem observado isso, não puderem continuar com essa investigação devem pregar as portas da Câmara, pois aí não terá sentido nenhum se gastar um milhão de reais por ano com esta casa e não terem a oportunidade para os vereadores fazer uma investigação naquilo que é básico e que o vereador tem que fazer, peguem esse um milhão de reais e façam qualquer outra coisa pois o que estarão fazendo aqui se não puderem fazer o básico do papel dos vereadores. Apresentou aos pares um termo de ratificação de ata onde os vereadores que naquele dia não quiseram participar da comissão, o que parece que não foi entendido pela juíza, pedem para continuar a investigação e se não assinarem até concorda de que estão realmente divididos, mas se quiserem que se investigue e as coisas sejam clareadas pediu para assinarem esse documento para levarem até a juíza e se não for assim aí entenderá que realmente existe uma proteção para tudo o que estão querendo descobrir dentro da comissão. O presidente disse que a fala do Vereador Osvaldir já lhe ajudou bastante em seu esclarecimento e que junto com a assessoria técnica e jurídica teve o cuidado de não proceder de forma irregular dentro das normas regimentais e esta tranquilo quanto a isso e lamenta a posição do momento pois o próprio prefeito disse que era importante se esclarecer as coisas, os vereadores não ficar apenas fazendo uso da Tribuna e usassem o procedimento legal que é a CEI que é um trabalho de investigação e esclarecimento e não tem nada que comprometa ninguém mas lhe estranha a atitude de se interromper este trabalho pelo poder executivo pois gostaria que apoiasse e esclarecesse as coisas, que seria para o bem de sua pessoa, de sua administração e do município com certeza. Sobre decisão do judiciário disse que num momento em que o país atravessa e veem os clamores da população nas ruas pedindo justiça, menos corrupção, intervenção dos poderes, e quando esse poder legislativo quer fazer um trabalho esclarecedor para o bem da própria justiça, do município ou do executivo, é interrompido, mas são os trâmites da legislação. Disse ter segurança de que alguns fatores denunciados para a interrupção da CEI não são verídicos como a questão da formação da comissão, da ciência ao executivo, da publicidade, estão tudo dentro das normas por isso esta fazendo a defesa e recorrendo para que continuem os trabalhos e espera que o judiciário acate isso, e falou ao Vereador Osvaldir que assinará o documento pela continuidade das investigações e não querendo proteger esse poder disse que os vereadores estavam cientes de que precisava ser feito esse trabalho, alguns não quiseram fazer parte mas a comissão está organizada e é difícil fazer um trabalho dolorido como esse de ouvir as pessoas, dolorido por ser um município pequeno, as pessoas estavam trabalhando e com seus compromissos, mas vieram dar a sua contribuição para comissão, e de repente os trabalhos foram interrompidos e foram criticados até por colegas, da forma que foram. Quanto a presidência disse que não teve a intenção de falhar em nenhum momento, teve as assessorias devidas, tudo o que a comissão solicitou deixou a disposição, mas crê que pela boa conduta do país o judiciário deverá rever e liberar para dar continuidade senão estará de acordo com o Vereador Osvaldir em relação ao poder legislativo, pois se comprometem perante a bíblia, a constituição



federal e a lei orgânica do município e depois não podem fazer nenhum trabalho e também lamentou a posição do prefeito em interromper os trabalhos pois isso também traz desgastes, mas devem ir em frente e continuar os trabalhos do legislativo. Na **ORDEM DO DIA** constou em primeiro turno de votação o projeto de lei n.º 010/2015, contratação de operação de crédito com a Agência de Fomento do Paraná S.A. para serem aplicados na aquisição de equipamento rodoviário, retro escavadeira hidráulica, no valor de quinhentos mil reais, e pavimentação urbana no valo de dois milhões e quinhentos mil reais, totalizando a operação em três milhões de reais. Antes de iniciar a discussão o presidente lembrou que esse projeto foi criticado como se já tivesse sido aprovado, por pessoas desconhecidas que passam informações erradas, outros contribuem e os vereadores são cobrados, mas a sociedade estava realmente interessa por esta situação tendo visto a participação na audiência pública promovida pelas comissões permanentes, as quais parabenizou pelo trabalho e disso ter sido muito importante. Iniciando a discussão o vereador Jorge pediu vistas do projeto para poder analisar melhor algumas situações que poderiam ser implantadas no mesmo, especificamente para um melhor favorecimento da área rural que contempla apenas uma retro escavadeira, e gostaria que fosse destinado um pouco mais do valor desse projeto na área rural, e também sobre algumas ruas que receberam pavimentação. O Vereador Laureci disse que do seu ponto de vista o projeto ficou muito claro pois foi discutido por várias vezes e ao final ainda foi realizada uma audiência pública, por isso acha que não tem mais o que esclarecer e não via motivos para pedidos de vistas a menos que o interesse fosse de atrasar o andamento dos trabalhos em relação a esse projeto. Concordou que o interior merece muito mais do que está sendo feito e falou que se compararem os investimentos que foram feitos nos últimos tempos na cidade e no interior podem verificar que o interior tem recebido muitos trabalhos, e a cidade agora é que esta recebendo este investimento de dois milhões e meio de reais. O Vereador Kleverson questionou o Vereador Jorge dizendo que essas dúvidas deveriam ter sido tiradas no dia da audiência pública, pois o prefeito e equipe técnica estavam presentes, deram um parecer ótimo sobre o projeto e era o momento de tirarem as dúvidas e o que estava fazendo era brincar com o Poder Legislativo. Conforme o Regimento Interno em seu Artigo 239 e parágrafo único, o presidente colocou o pedido de vistas em votação e o plenário rejeitou o pedido do Vereador Jorge. Continuando as discussões o Vereador Sidnei disse que gostou da idéia do executivo em sair convidar as pessoas nas casas para virem até a audiência pública saber realmente onde seriam investidos esses três milhões de reais e pediu que essa idéia do executivo continue em relação a outras audiências públicas que acontecem e as vezes vem apenas quatro ou cinco pessoas, e como essa matéria era de grande interesse do executivo como também dos vereadores, seria bom continuar dessa forma pois no dia primeiro de junho terá a audiência pública para avaliação de metas do primeiro quadrimestre de 2015 e seria interessante que o executivo ou a pasta competente fizesse o convite por escrito e distribuísse nas casas para a população conforme fez com esse projeto. O Vereador Osvaldir falou que gostaria que ficasse bem claro de que estudaram o projeto onde tiveram uma parceira na modificação de algumas questões que



foi solicitado pela casa, mas também achou interessante o posicionamento do prefeito com relação a não cobrança de contribuição de melhoria, pedindo para que isso ficasse registrado em ata, que foi um posicionamento do prefeito durante a audiência pública e que gostaria de ratificar esse posicionamento ao dizer que no período em que estiver a frente do executivo não será cobrado a contribuição de melhoria dos beneficiários de obras públicas no município. Também disse que houve uma desproporcionalidade entre o meio rural e o meio urbano na divisão dos três milhões de reais e falou ao Vereador Laureci que a Vila Nova será contemplada com um trecho de asfalto, mas também entende, conforme foi colocado durante a audiência pública, que aquele trecho poderia ser readequado de alguma outra forma, mesmo assim respeita o posicionamento do prefeito e isso não deve interferir na votação do projeto, mas existem necessidades maiores no município. Disse que acha que é extremamente necessário a execução dessa obra na Rua Rozendo Costa Cristo que não tem como deixar de arrumar e se querem melhorar a cidade devem olhar por esse lado também. Falou ainda que se depender do prefeito conseguir recursos a fundo perdido o município não terá essas obras pois infelizmente o município está enfraquecido de representatividade política, então o prefeito deverá ser autorizado a fazer esse empréstimo para realizar alguma obra em sua gestão porque com recursos a fundo perdido acha muito difícil, porém espera que esteja errado e fez um desafio ao prefeito para que a cada real que deverão autorizar com a aprovação dessa lei que consiga cinquenta centavos a fundo perdido, e aí irão aplaudir no final do mandato. O Vereador Laureci voltou a falar e disse que concorda com os Vereadores Osvaldir e Jorge de que o interior carece de muitas melhorais e investimentos mas vê que o trecho no final da Rua Castelo Branco é um trecho curto que deve custar um pouco caro porque o recape asfáltico é caro mesmo mas não será esse trecho que irá retirar os investimentos do interior, e defendeu que aquele trecho seja concluído e assim finalizará esse trecho de obra pois a rua tem bastante problemas como os pedestres que precisam andar pela rua por falta de calçadas e além do asfalto esse projeto contempla também as calçadas sendo uma melhoria para a comunidade que é muito precisa, mas os investimentos no interior também são de grande importância, por isso foram bem colocadas as palavras dos dois vereadores. O Vereador Jorge ainda endossou as palavras do Vereador Osvaldir concordando que seria importante ser investido um pouco mais na área rural e quanto a contribuição de melhoria alertou que é renuncia de receita e não sabe se o próximo prefeito poderá manter essa proposta até o fim e a população tem que estar ciente que provavelmente será cobrado. Sobre as emendas parlamentares disse que se o prefeito tivesse lhe procurado poderia junto a seu deputado federal disponibilizar emendas no valor de um milhão de reais para o município para a Rua Rozendo Costa Cristo e se o representante do prefeito viabilizasse mais um milhão de reais daria para concluir o centro da cidade inteiro e disse que é a favor do progresso no município, mas também vê que devem se utilizar de mecanismos que existem através dos governos federal e estadual e o que puderem trazer o gestor deve correr atrás e buscar. Em votação o projeto foi aprovado em primeiro turno apenas com o voto contrário do Vereador Jorge Ferreira de Almeida. Também em primeiro turno constou o Projeto de Lei n.º 011/2015 que prevê a



Câmara Municipal de Inácio Martins

CNPJ 77.778.827/0001-55

adequação das leis orçamentárias para a aplicação dos recursos previstos na operação de crédito votada. Sem receber comentários durante a discussão também foi aprovado com o voto contrário do Vereador Jorge Ferreira de Almeida. Na **EXPLICAÇÃO PESSOAL** o Vereador **OSVALDIR** falou da importância do Plano Municipal de Educação que é um projeto que deu muito trabalho para a sua elaboração, é o futuro da educação para os próximos dez anos, e pediu aos vereadores que não participaram dessa discussão que estudem o mesmo durante a semana para que possam votá-lo em virtude dos prazos. Parabenizou a comunidade do Rio Pequeno que promoveu uma festa no dia dezessete de maio e disse que a comunidade sempre esteve bem servida de estradas, mas para a festa fizeram um serviço caprichado nas estradas agradecendo ao setor que fez o serviço, não só de acesso à igreja mas de toda comunidade. Teceu comentários sobre a audiência pública referente o projeto dez que foi marcante, pois raramente o cidadão tem oportunidade de se manifestar a respeito de projetos do município e isso deve mudar, pois todos devem ter a oportunidade de se manifestar, de uma forma ou de outra. O Vereador **GILNELSON** reforçou o convite para Audiência Pública de Avaliação de Metas do Primeiro Quadrimestre que será no dia primeiro de junho após a sessão, que é muito importante pois deixa claro onde estão se gastando os recursos do município, pedindo aos pares que ajudem a divulgar pois é muito importante. O Vereador **JORGE** falou que como foi atacado na Tribuna por vereadores que não quiseram fazer parte da Comissão Especial, resguardando o Vereador Gilnelson, disse que o jornalista que lhe entrevistou não soube colocar a explicação que fez pois lhe perguntou sobre o fato pelo qual a juíza havia concedido a liminar quando explicou conforme já relatado, e disse que após ouvidas testemunhas tem coisas erradas nas licitações de 2014 por isso não podem ser coniventes e o seu desejo é defender os direitos da população inibindo a corrupção, mas se outros vereadores são a favor da corrupção o problema é de cada um. Também falou sobre o fato de drogas citado por esse jornalista dizendo que também é contra mas o mesmo usou a imagem da Câmara e da CEI para uma oportunidade de que seja investigado o que acontece aqui pois disse que tinha colhido através de pessoas dele essas informações e em momento algum falou disso, e em sua entrevista comentou apenas a situação da Comissão Especial e em momento algum tentou denegrir a imagem de algum vereador, mas no demais o que falou é verdade pois as coisas estão difíceis em Inácio Martins e o povo continua sofrendo, e independente da decisão do judiciário continuará a olhar a corrupção pois existem brechas que não dão oportunidade da minoria fiscalizar. Quanto ao projeto dez disse que gostaria que o prefeito entendesse a sua posição, pois também é a favor do crescimento do município, e também pediu que o prefeito cumpra a promessa de pagar a reposição salarial aos servidores municipais no mês de julho. A Vereadora **RITA TABORDA** deixou claro que todos os vereadores foram convidados para compor a Comissão Especial mas estava visível os que gostariam e iniciaram todo o processo por isso deixaram com os mesmos sendo um direito que todos tem mas é a favor da comissão, também quer que continue e em nenhum momento falaram em corrupção ou não e somente era para ser dado o início de um processo de investigação e estão aqui para isso e repetiu para o Vereador Jorge que procure os meios de



Câmara Municipal de Inácio Martins

CNPJ 77.778.827/0001-55

comunicação que tenham idoneidade e que possam falar pelo município, não uma pessoa que nem conhece o município e fala mal de todo mundo no município. O presidente voltou a falar que suspendeu a sessão no dia do recebimento do requerimento e convidou todos os vereadores que gostariam de fazer parte da comissão, exceto o Vereador Gilnelson pela questão partidária, mas como ninguém se manifestou os três requerentes deram continuidade aos trabalhos, foi dada oportunidade a todos e espera o bom andamento disso. Nada mais havendo a ser tratado manifestou os agradecimentos a todos os presentes e declarou encerrada a sessão ficando convocada a próxima sessão ordinária para o dia vinte e cinco de maio no horário regimental ficando lavrada a presente ata que após lida e achada de conformidade segue assinada pelos vereadores presentes.

[Handwritten signatures in blue ink over the watermark:]

[Signature 1] *[Signature 2]* *[Signature 3]* *[Signature 4]*

25-07 INÁCIO MARTINS 1960